

# Meio ambiente e política internacional:

Conflitos e impasses que marcam o século XXI

José Alexandre Altahyde Hage\*

*\* Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Professor de Direito Internacional Público na Faculdade Trevisan e na Unibero – Anhanguera Educacional.*

## I. Introdução

Quando se pensa em um problema relacionado ao meio ambiente que tenha poder suficiente para provocar impasses no sistema de Estados nacionais surge, antes de tudo, as implicações da diplomacia norte-americana por não ter ratificado o Tratado de Kioto, cujo objetivo é reduzir a emissão de gases industriais poluentes que afetam o equilíbrio ambiental. A admissão desse documento seria esperada para diminuir ameaças ao meio ambiente que pode resultar, além da poluição, na desertificação de parte dos trópicos e no aquecimento global.

Este artigo procura demonstrar que a negação dos EUA em aceitar tal tratado provoca grande agravo, mas isto não significa que não haja outras questões no âmbito do debate que seja menos importante do que o controle sobre os gases industriais tóxicos produzidos pelos Estados industrializados. Por conseguinte, as altas

taxas demográficas nos países pobres, o mau trato às reservas de água potável e a manutenção de índices ‘predatórios’ no consumo das sociedades industrializadas também são relevantes a esse debate.

Se o não-acatamento da diplomacia norte-americana aos tratados internacionais do meio ambiente é fruto de sua excessiva prudência em relação à possível crise econômica que pode afetar o maior Produto Interno Bruto - PIB do planeta, já os Estados pobres da África, por exemplo, não conseguem cumprir satisfatoriamente os tratados acordados porque eles não recebem o compromisso dos países industrializados naquilo que é primordial às unidades políticas em desenvolvimento, como assistência tecnológica, econômico e comercial que sejam compatíveis com a conservação ambiental. Isto considerando que se tratam de países de economia agrícola que dependem de mercados abertos a seus produtos.<sup>1</sup>

Por fim, surge outro problema que pode dificultar o bom termo nos assuntos de conservação ambiental de modo mais amplo e satisfatório, vale dizer, a grande dependência que não apenas os Estados industrializados guardam em relação a combustíveis fósseis, o petróleo. Não há dúvida de que as sociedades presentes em todo o mundo são firmadas sobre o uso do petróleo, sobretudo no modelo econômico que impulsiona o consumo de massa. E não há como deixar de reconhecer que esse modelo se tornou o pilar da economia mundial no século XX.

## 2. Impasses políticos no meio ambiente

Novos impasses na política mundial sublinham a entrada dos Estados nacionais no do século XXI. O aquecimento global em virtude de gases industriais poluentes, a queima de florestas tropicais e a alta taxa do crescimento populacional em partes do mundo em desenvolvimento são fatores que provocam crises no campo das

---

<sup>1</sup> O fato neste trabalho é considerar que o comportamento protecionista, pelos subsídios, das grandes potências aos produtos agrícolas de parte do Terceiro Mundo contribui para o agravamento do meio ambiente, porque forçaria a procura de alternativa de fontes de renda nos parques de conservação ambiental por causa de mercados externos protegidos.

relações internacionais. São problemas que, para serem sanados, pedem *consenso* por parte dos países, independente de seus componentes políticos e econômicos que os distinguem no sistema internacional.

Vale dizer, a concentração industrial em grande escala nos países industrializados – EUA, Japão e Europa Ocidental – e a falta de planejamento compatível com a biodiversidade, encontrada em boa parte dos periféricos, necessitam ser amplamente debatidos em fóruns que tenham o feitiço democrático na medida que suas resoluções têm de ser acatadas por todos as unidades políticas que guardam interesses nos problemas ambientais porque seus efeitos não são localizados geograficamente.

O consenso desejado pelos núcleos integrados a assuntos da biodiversidade, seja governos e burocracias especializadas, seja organismos não-governamentais – ONGs, só será construído a partir da projeção dos mais importantes países do sistema internacional, EUA, componentes da União Européia, China e Japão para que possam formar um processo de legitimidade, para que possam imprimir novo projeto de desenvolvimento global.<sup>2</sup>

A construção do processo de legitimidade deve ser buscada não pela demonstração pura e simples de poder político, na forma como ocorre entre as diplomacias das grandes potências nos organismos internacionais, descaracterizando-os em grande parte. Não há dúvida de que a busca da legitimidade, na opinião de Gelson Fonseca Júnior, pode ser menos complexa por aqueles Estados que possuem razoável estoque de poder político e econômico, mas que tencionam direcionar tal reserva num projeto comum de desenvolvimento.<sup>3</sup>

Mas uma esfera não resulta na outra, necessariamente, como se pode observar na cronologia da política externa dos EUA. Neste

---

<sup>2</sup> O processo de legitimidade tem sido feito por Estados de medianos recursos políticos e econômicos, Brasil, Índia, África do Sul e outros. Pela falta do chamado *hard power* (o poder em grande escala) as potências medianas procuram se resguardar, legitimamente, sob a letra do direito internacional público e dos tratados acordados para fazer valer sua palavra. Por isto, seria mister que as grandes potências se esforçassem para elevar novo padrão de legitimidade além dos adotados pelas potências médias, sobretudo no que tange à conservação dos ecossistemas; vale dizer a anuência de relações mais racionais.

<sup>3</sup> Cf. FONSECA JUNIOR. *A legitimidade e outras questões internacionais*. P. 191.

novo século, verifica-se que a diplomacia estadunidense se volta contra alguns organismos internacionais que procuram formar regimes com os quais se possam instituir ordem em alguns problemas mundiais. O uso racional dos combustíveis fósseis em prol de melhores condições ambientais e climáticas, por exemplo, ganha caráter urgente quando esse debate emerge nos encontros diplomáticos.

O desejado, no que concerne ao problema do meio ambiente, seria que a diplomacia das grandes potências utilizasse suas reservas de poder para, justamente, incrementar o apoio e a legitimidade. Vale dizer, apoio a atos que contribuem para a admissão de tratados e protocolos feitos para melhorar o entendimento sobre questões da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. A possível tomada de liderança dos EUA para as controvérsias do aquecimento global e para a contribuição da ‘economia verde’, certamente, seria de grande valia não apenas para o hemisfério Norte, mas também para toda a Terra.

Porque o que está em jogo na sociedade industrial, em todo o mundo, não é apenas a relação de *status* socioeconômico existente em alguns países avançados, mas sim o equilíbrio ambiental – e por que não econômico e social? – de todo o sistema de Estados nacionais, que vai desde as grandes potências até o mais periférico país da África e América Latina. Se há uma assertiva verdadeira nos auspícios da globalização, como aponta Ulrich Beck, é a de que os desgastes e ‘riscos’ ocorridos pelo excesso de produção e esgotamento de recursos podem se estender para todos os países, pobres ou ricos: poluentes, doenças etc.<sup>4</sup>

E não há dúvida de que parte considerável de problemas relacionados ao meio ambiente e à saúde pública, de modo geral, é fruto de modelo de desenvolvimento econômico e da industrialização, cujo suporte tecnológico não tem sofrido reflexão e crítica sobre os objetivos tomados. A composição do elemento racional e crítico, efetivamente, não pode perder lugar privilegiado de observação e de debate

---

<sup>4</sup> Cf. BECK, Ulrich. *Risk Society*. P. 21.

sobre os caminhos percorridos pela *modernidade* que não consegue fazer com que haja benefícios a todos os países.

A exaltação do transporte individual, entende-se automóvel, a falta de projeto de renovação energética, não poluente da mesma forma que é o óleo combustível não renovável, a não existência de planos de industrialização (considerando a região) e, por fim, o incentivo ao consumo de bens a grupos com alto poder de compra são exemplares na forma de experiências negativas por parte dos países pobres e em desenvolvimento que vêem suas sociedades serem dualizadas em esferas distintas de conforto e pobreza.<sup>5</sup>

O tipo de consumo exaltado pelo desperdício das sociedades industrializadas contribui ainda mais para maior dramatização dos assuntos ambientais entre os países ricos e pobres, conforme avaliação de Celso Furtado, cujo cálculo indica que 30% de toda produção industrial e agrícola anual é desperdiçada como forma de manter um tipo de modelo social voltada ao desprezo pela idéia de bem-comum mundial.<sup>6</sup>

Continuando com o grande economista, vê-se que o teor de *modernidade* implicado neste assunto existe, sobremaneira, sobre uma dualidade internacional em que a divisão internacional do trabalho exalta ou promove a opulência econômica de uma esfera em detrimento de problemas crônicos de pobreza existentes no outro lado da relação desigual e injusta.

Ainda no plano das conseqüências globais do consumo desenfreado por parte dos Estados industrializados do hemisfério Norte, há como averiguar a quantidade de energia consumida pelos países ricos. Donos de 1/6 da população mundial, os Estados industri-

***O que está em jogo na sociedade industrial não é apenas a relação de status socioeconômico existente em alguns países avançados, mas sim o equilíbrio de todo o sistema de Estados nacionais.***

<sup>5</sup> Cf. SAWYER, Donald. *Population and Sustainable Consumption in Brazil*. P. 36.

<sup>6</sup> Cf. FURTADO, Celso. *Brasil: A construção interrompida*. P. 26.

almente ricos consomem 2/3 da energia produzida: petróleo, carvão, gás natural, energia nuclear e hidrelétrica. O gasto excessivo de energia, sobretudo dos hidrocarbonetos, em partes do hemisfério Norte, é alarmante para o equilíbrio ambiental, conforme opinava Paulo Nogueira Batista. Fato que deixa o mundo num dilema por causa da alta dependência ao petróleo.<sup>7</sup>

Modernidade em todas as suas facetas que inadvertidamente tem sido adotada por boa parte dos governos presentes no chamado Terceiro Mundo, sem considerar suas implicações ao meio ambiente. Assim, a resolução à pobreza seria a industrialização, o antídoto para superar a escassez de bens legada pela disfunção do sistema internacional, pautado com agenda organizada pelas grandes potências industrializadas, bem como pela falta de projeto de desenvolvimento social que reside em governos na maior parte dos países periféricos.

E os efeitos dessa disfunção de política internacional não se limitam somente ao campo da biodiversidade. De certa forma, algumas questões do meio ambiente são oriundas de impasses e conflitos internacionais de difícil resolução no aspecto da cooperação científico-tecnológica e no comércio exterior, por exemplo, anulando a marginalização por que passam alguns países do Terceiro Mundo que não conhecem nenhum teor de desenvolvimento<sup>8</sup>:

*“Para fazer frente ao desafio ecológico, o enfoque-chave deverá ser, por conseguinte, o da partilha proporcional de responsabilidade entre nações ricas e pobres e não, como se delineia nos foros internacionais, o da transferência dos encargos mais pesados para os economicamente mais fracos e que menos poluem ou menos ameaçam o planeta”.*

Com efeito, isso aumenta a visão de que é urgente constituir esforços internacionais para o equilíbrio ambiental, de acordo com as constatações de problemas averiguados nos foros especializados. Mas, em decorrência disso, há a urgência de se reformar as institui-

---

<sup>7</sup> Cf. BATISTA, Paulo Nogueira. *Desenvolvimento ecologicamente sustentável*. P. 36.

<sup>8</sup> BATISTA, Op. cit. P. 37.

ções internacionais para que sejam mais democráticas aos anseios dos países pobres, daí considera-se a possibilidade de emergir regimes que venham a assistir questões ecológicas com maior afinco e responsabilidade.

### 3. A emergência do problema

O processo de saturação das condições do meio ambiente ocorre por causa da alta produção industrial encontrada, em primeiro plano, nas economias mais bem desenvolvidas e pertencentes ao grupo denominado Grandes Sete – G7, como EUA e Japão. Este fato revela algo bastante complexo para o debate sociopolítico e para vários núcleos de interesse ao meio ambiental como ONG's que, em sua maior parte, nascem nos países industrializados e acumulam fundamental conhecimento sobre os problemas ambientais do sul.

Além desse fato, o problema se agrava também pela ausência de projetos nacionais nos países do Terceiro Mundo. Projetos que tenham o mérito de aliar a urgência do crescimento econômico com a preeminência da conservação dos recursos da biodiversidade, procurando concretizar tal objetivo por intermédio de insumos ecológicos que não sejam agredidos ou desprezados por ações industriais que não apresentam estudos de pacto ambiental.

Este ponto demonstra a preocupação apontada por Henrique Rattner de se pensar no crescimento econômico sem negligenciar novo conceito de desenvolvimento em escala global, que vá além do concebido pelo imediatismo da economia de mercado e das exigências dos grandes grupos 'tecnopresariais', vale dizer, ir além do ideologicamente aceitável no cotidiano político. Pensar nova postura do crescimento econômico, da industrialização e do comércio internacional é mister para substancial arranjo de conservação ambiental.

Desta forma, os Estados que apresentam os maiores índices de crescimento econômico res-

*O problema do meio ambiente global é paralisado em virtude de pressões políticas exercidas pelas potências industriais.*

guardam sua produção como se essa fosse de interesse nacional, ainda que o termo seja impreciso, pois sua alteração para baixo poderia acarretar dificuldades com a emergência do desemprego e com a perda de vantagens conquistadas no mercado internacional, este último considerado altamente competitivo e onde não pode haver crises sem que haja grandes perdas.

Assim, o problema do meio ambiente global, em foros internacionais, é paralisado em virtude de pressões políticas exercidas pelas potências industriais, sobretudo EUA e Japão, numa espécie de *veto administrado* que posterga as ações desejadas pelos países em desenvolvimento – países que perdem o referencial de atuação em conjunto em razão da ausência de projeto suficiente que englobe todo o mundo num mesmo propósito.<sup>9</sup>

Deste modo, é pertinente demonstrar que o sistema internacional é visto na condição de anárquico, pois os Estados não obedecem amplamente a um ente regulador externo. As Nações Unidas procuram cumprir esse papel com muito custo. Por isso o problema do meio ambiente não receberá a resolução esperada por causa do fosso existente entre as grandes potências industriais e os países que apresentam demanda, organismos e alguns Estados ricos, que não guardam recursos de poder para se fazer valer nos centros de debates e resoluções. E, por outro lado, são países que ainda recebem o ônus da crise pelo fato de serem periféricos.<sup>10</sup>

Assim, vê-se que a constituição do sistema internacional não pode se limitar às tradicionais dicotomias de guerra e paz ou prosperidade econômica e recessão internacional. É necessário notar que assuntos relativos ao meio ambiente são pautados nas relações internacionais com a capacidade de conferir conflitos ou cooperação entre os Estados. As conferências que tratam do aquecimento global ou da procura de se transformar a matriz energética baseada em combustíveis fósseis são exemplares.

E, por conseguinte, vários impasses encontrados nos relacionamentos internacionais correspondentes ao compartilhamento das

---

<sup>9</sup> Cf. RATTNER, Henrique. *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. P. 113.

<sup>10</sup> Cf. BULL, A *Sociedade Anárquica*. P. 103.

responsabilidades ambientais, de impulsionar medidas democráticas nos fóruns internacionais e o direito ao desenvolvimento econômico e social, todos estes atuando em conjunto, são essenciais para o bom termo dos problemas da biodiversidade. Mas o drama é que a realização das demandas do conjunto mencionado acima, quase todos pertinentes ao hemisfério Sul, só pode ser alcançado pela ampla reforma do sistema internacional, em que venha a dar voz e perspectiva aos Estados pobres da África e América Latina.

Não se trata de reeditar a clivagem Norte – Sul sob a ótica dos problemas dos ecossistemas em que os países ricos estão na cadência da tecnologia e da alta produção. Mas sim reconhecer que, de acordo com o economista Ignacy Sachs, os Estados do hemisfério norte comprometem grande volume de recursos naturais para manter seu grau de consumo e de seu estilo de vida baseado na exploração do ecossistema que pode prejudicar os planos de alcance mundial.<sup>11</sup>

Por outro lado, o tema do consumo descontrolado pode ser um tanto complexo se se levar em consideração que o montante desse tipo de consumo não se encontra de forma uniforme, a toda a população do país, como nos EUA. Encontra-se concentrado nas classes sociais mais bem equipadas economicamente, que apresentam grande poder de compra. Já no cálculo geral os efeitos de tal consumo acabam se espalhando a toda federação.<sup>12</sup>

Esta realidade não é fruto do presente momento político e histórico, convencionalmente imaginado como posterior à Guerra Fria, em que emerge certa ‘desconstrução’ da ordem internacional, após o ocaso da experiência socialista do Leste Europeu. Não foi a queda do Muro de Berlim que provocou um tipo de despropósito para com o meio ambiente, considerando que não haja concerto para imprimir maior atenção aos recursos naturais e ao aumento da qualidade de vida aos Estados pobres: <sup>13</sup>

*“Seria suficiente que os países industrializados transferissem por meio de assistência social 0,7% de seu PIB. Apesar de esta modesta*

---

<sup>11</sup> Cf. SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. P. 58.

<sup>12</sup> Cf. SAWEYR, Op. cit. P. 226.

*meta ter sido reafirmada na Cúpula da Terra, o IDH tem caído, desde então, a um nível sem precedentes. A Conferência Rio + 5 não teve sucesso em reverter esta tendência. A separação Norte – Sul é tão enorme como sempre (...)*”.

De fato, desde o início da década de 1970 há preocupações em fóruns internacionais especializados para aumentar o interesse político dos países ao emergente problema do meio ambiente. Há dois encontros que retratam bem esse ponto, as Declarações de Estocolmo, de 1972, e a de Montreal, de 1987, em que marcam a urgência de se preservar o meio ambiente com o intuito de ir além dos conflitos entre blocos internacionais. A Declaração do Rio, de 1992, só fez reforçar o ideário observado nos encontros anteriores.<sup>14</sup>

Na Conferência do Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) realizada, em 2002 em Johannesburgo, alinhou-se novamente ao aspecto universal dos problemas ambientais, como se este problema fosse de interesse geral, independente do posicionamento político e econômico dos países. No entanto, não houve impulso para se fazer valer ações pertinentes à conferência em questão. A alegação de prejuízo econômico e perda de mercados permeou as palavras dos Estados desenvolvidos para não acatarem a Agenda 21.<sup>15</sup>

A ONU tem se mostrado como *locus* sensível à questão da biodiversidade e sua correspondência com os países pobres, sobretudo aqueles envolvidos pelas florestas úmidas e ainda com recursos naturais relevantes como o Brasil, África do Sul e Indonésia, que demonstram grande necessidade de projetos de sustentabilidade, sobretudo por meio do incremento de tecnologias limpas que poderiam promover novos projetos e usos de combustíveis favoráveis ao meio ambiente.

Mas não há coesão necessária entre os países mencionados com relação ao problema ambiental com o caráter de ‘imperativo univer-

---

<sup>13</sup> SACHS, Op. cit. P. 59.

<sup>14</sup> Cf. SILVA, Geraldo Eulálio N. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem internacional*. P. 51.

<sup>15</sup> Cf. RATTNER, Op. cit. P. 113.

sal', vide a posição dos países considerados recém-industrializados do Sudeste Asiático. A República Popular da China, por exemplo, não desponta na condição de país em desenvolvimento altamente preocupado com questões de ordem ambiental, isto se tal ordem contrariar seu volumoso crescimento econômico.<sup>16</sup>

A própria ONU tem sido secundarizada em seus esforços para dar solução razoável ao impasse e imputar responsabilidades aos Estados industrializados. Alguns encontros multilaterais, como o de Kioto (Tratado de Kioto), em 2004, vêm a demonstrar que há grande obstáculo à boa resolução, pois o grande problema ambiental do momento, o envio de gases industriais poluentes, é encarado como questão de ordem doméstica aos países emissores.

Vale dizer que as grandes potências convocam o argumento da soberania, com o direito de regular seu próprio espaço, para promover seu direito de entender o problema de acordo com suas posições internas que, em boa parte, têm a concorrência de grandes grupos industriais e econômicos que podem criar canal de influência sobre o campo burocrático estatal. Na opinião de Christian Caubet, é esse o comportamento que emerge no âmbito do meio ambiente:<sup>17</sup>

*“A entropia acelera-se, porque o mundo, apesar de notáveis esforços retóricos, continua acentuando suas características e relações reais: continua sendo financeiramente total, economicamente global, po-*

***O que se procura obter dos EUA é a regressão dos atuais 25% de todo os gases industriais e de combustão no mundo para o patamar de 19%.***

<sup>16</sup> Esta passagem tenciona dizer que, efetivamente, não há nenhum tratado de ordem mundial que venha a apresentar concordância dos países em desenvolvimento com o propósito de conservar o meio ambiente local, como se fosse uma rede de conservação com validade a todos os países tropicais. Há, além do mais, a necessidade urgente de manter o crescimento econômico chinês a índices razoáveis à casa de 6 a 8% ao ano, isto porque a grande massa populacional daquela república não pode sofrer crises de subsistência sem avolumar as grandes correntes migratórias para América do Norte e Europa ocidental. O crescimento econômico chinês torna-se processo de segurança internacional para o equilíbrio político populacional de outros países. Cf. BATISTA, Op. cit. Ibidem. P. 34.

*liticamente tribal e ecologicamente letal. Continua subordinando as questões éticas, políticas e sócio-ambientais ao imperativo absoluto e contentemente, obstinadamente, reforçado das exigências do comércio internacional”.*

Este aspecto tem sido encontrado nas análises feitas sobre o problema do meio ambiente a partir da ótica da Casa Branca: <sup>18</sup> a desaceleração econômica e a recessão em escala mundial são o imperativo para que o governo norte-americano seja um tanto quanto reticente aos apelos de grupos ambientais ou a grupos de países pobres que não têm recursos de poder político para defender resoluções entendidas como de importância mundial.

Este ponto apresenta traços curiosos na medida que as críticas diplomáticas e políticas surgem não contra aquilo que o governo de Washington faz em outras regiões do mundo, o que sempre suscitou a tradicional queixa de país imperialista, mas sim contra o fato de que os EUA não modificam seu padrão interno de produção industrial, nem baixam os índices de emissão de gases poluentes a patamares de 1992, ano da realização da Conferência Rio 92. Na verdade, o governo norte-americano utiliza argumento de uso universal, qual seja, que soberanamente o Estado toma atitudes que somente dizem respeito a ele mesmo, não permitindo a ingerência de outra entidade internacional.

O que se procura obter dos EUA antes de todos os outros, assim observa Eduardo Viola, é a regressão dos atuais 25% de todo os gases industriais e de combustão no mundo para o patamar de 19%, índice esperado para 2010. Outros Estados que também necessitam diminuir seus volumes de poluentes são os membros da União Européia, 16% e a China com 14%.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> CAUBET, Christian. *O comércio acima de tudo (e o meio ambiente fora da lei)*. P. 152.

<sup>18</sup> Quando se trata de imprimir política exterior o executivo governamental, sobretudo nos EUA, recebe a concorrência de vários órgãos, dentre esses, da Secretaria de Estado como formuladora da agenda diplomática, o que se convencionou chamar esta ocorrência, naquele país, de *policy makers*, pois a formulação de tais políticas não é vista como sendo monopólio de uma única burocracia.

<sup>19</sup> Cf. VIOLA, Eduardo. *Mudança climática: Impasses e perspectivas*. P. 37.

Desta forma, os agravos com o meio ambiente não demoram apenas nas divergências com as grandes economias industrializadas, isto quando algumas dessas unidades políticas projetam seus problemas domésticos como imperativos ao acatamento sugerido por outros Estados nacionais às normas e tratados de conservação do meio ambiente, por exemplo, oceanos e espaço extraterrestre que são usados para alijamentos – ainda que haja tratados que regulem tal ação, como o de Montego Bay, de 1982, e o de Moscou, de 1968.

Fica patente, ainda com Viola, que falta cooperação suficiente para dar ânimo a um novo regime internacional, que seja mais bem preparado aos problemas políticos que surgem das questões ambientais. Trata-se de se pensar um regime sem os excessos de intromissão, seja de grupos altamente ideologizados, como se pode encontrar nos movimentos sociais ou nas burocracias públicas especializadas; seja nas fortes corporações industriais, como nos agrupamentos de indústrias automobilísticas e petrolíferas.<sup>20</sup>

De fato, este trabalho não guarda intenção de ser uma contestação terceiro-mundista contra a preeminência do hemisfério Norte e dos EUA, ao desconhecer que há questões relevantes de meio ambiente que devem ser observadas pelos governos de países considerados periféricos, vide a queima de florestas tropicais. A controvérsia cresce porque o governo de Washington poderia contribuir para o bom termo do equilíbrio ambiental se conferisse crédito a tratados e instituições multilaterais que militam em prol desse objetivo. País que guarda enormes fontes econômicas e políticas, os EUA poderiam liderar o sistema internacional ao acato das resoluções adotadas pelas ONU.

Certamente, essa atitude teria condições de conferir *legitimidade* aos EUA se seu governo expressasse plano de funcionamento dos acordos tratados pelo sistema internacional, inclusive para solucionar aqueles impasses econômicos que envolvem trabalho compulsó-

---

<sup>20</sup> Eduardo Viola acredita na existência de contratempos políticos e diplomáticos que criam obstáculos ao bom desenvolvimento do tema. Resquícios da diplomacia terceiro-mundista no Brasil e a existência de grupos privados que pressionam governos para não perder vantagens adquiridas são fatores exemplares. Cf. VIOLA, Op. cit. P. 38.

# *Não há como separar os problemas ecológicos dos sociais e econômicos dos países pobres.*

rio de crianças ou destruição de florestas úmidas como ocorre em alguns países do sudeste asiático. Como país de maior responsabilidade política, o Estado norte-americano poderia abrir novas perspectivas para fomentar novo projeto de desenvolvimento.

## 4. A aceleração do problema

O tipo de crescimento populacional nos países economicamente pobres, a denominada explosão demográfica,<sup>21</sup> é tido como grande problema internacional. E claro, tal ponto passa a ser relevante se considerar que o grande crescimento encontrado em substancial parte do Terceiro Mundo pode provocar algum grau de conflito com outros Estados, sobretudo os industrializados.

Este fato ocorre a partir do momento em que o crescimento populacional não encontra suficiente equilíbrio com o meio ambiente, geralmente descaracterizado por formação de pequenas agriculturas ineficientes ou moradias precárias que desagravam reservas ambientais. Ou seja, o imperativo de alimentação e moradia é superior à conservação ambiental em países em que não há planos de desenvolvimento econômico sustentável. E não há como separar os problemas ecológicos dos sociais e econômicos dos países pobres.

Neste caso, é necessária explicação. Não se trata de afirmar que o desgaste do meio ambiente, ou o advento da fome coletiva, seja resultado do crescimento populacional de modo desordenado, como razão suficiente. Certamente, estes fatos existem em virtude da ausência de políticas públicas na distribuição de bens, desemprego, crise econômica ou, em caso extremo, de guerras civis, ainda

---

<sup>21</sup> Não há consenso entre os demógrafos e geógrafos sobre a assertiva de que há explosão demográfica em partes da África e, por vez, que esse efeito tenha implicações com o meio ambiente. É este trabalho que se assenta em autores que relacionam o desgaste do meio ambiente com forte crescimento demográfico em alguns países pobres.

mais quando se analisam as condições de alguns Estados do continente africano.

Mas, em outro aspecto, tem de se reparar que mesmo Estados com políticas públicas voltadas ao bem estar social, direcionando esforços em habitação ou no incremento do mercado de trabalho, podem não lograr resultados positivos se não houver modos de equacionar a distribuição de renda e bens públicos com a população em via de rápido aumento. E esta implicação política existe em muitos dos países pobres que passam a ‘exportar’ seus naturais para os subempregos dos EUA e alguns países da União Européia. Desta forma, utilizando este raciocínio, escrevem Paul Hirst e Grahame Thompson: <sup>22</sup>

*“Não é nosso objetivo desenvolver ou avaliar os prognósticos altamente pessimistas que relacionam a fome disseminada e os danos ecológicos com o excessivo crescimento populacional. Eles podem ou não estar corretos, mas, mesmo nas suposições relativamente otimistas, o rápido crescimento populacional afeta tanto as perspectivas de estabilidade política como as altas taxas de crescimento econômico sustentado nos países desenvolvidos”.*

Além deste ponto, a relação direta entre falta de plano para o controle do crescimento demográfico e a conservação da biodiversidade poderá se transformar em conflito internacional, se não houver preocupações científicas e governamentais que tencionem solucionar questões como a poluição de rios, do solo; a emergência da chuva ácida e as imigrações provocadas por secas e desertificações encontradas no norte da África.

Já o aumento populacional no Brasil não suscita debates mais alongados, como se fosse um grande problema nacional, pois há o princípio de que se trata de um território de dimensões continentais em que não há agravamento entre crescimento populacional e espaço. Mesmo assim, nos últimos trinta anos a população do país subiu de noventa

---

<sup>22</sup> Hirst et Thompson. *Globalização em questão*. P. 167.

milhões para cento e setenta milhões de pessoas, sem que houvesse o nivelamento das condições estruturais de serviços sociais.

Nos últimos anos houve acréscimo de um ‘Uruguai’ a cada ano na vida do país, a saber, três milhões de pessoas em média. Atualmente, há indícios de que a tendência do crescimento populacional no Brasil é estacionar, ou se tornar menor no futuro próximo como ocorre na Europa. Mesmo assim, isto não anula a existência de problemas ambientais em virtude da dilatação da fronteira agrícola, conforme pensa Paulo Nogueira Batista.

A necessidade de se abrir novas estradas, vias de escoamento; a dependência de transportes movidos a combustíveis fosseis em detrimento da estrada de ferro, mais econômica e menos poluente, são resultantes da expansão da área agrícola em direção ao Centro-Oeste e ao Norte do Brasil, inclusive com efeitos internacionais, pois trata-se também de bens exportáveis maximizados para o aumento da balança comercial do país com *commodities*:<sup>23</sup>

*“Infelizmente, porém, não são só as atividades industriais que poluem. O conflito entre a necessidade de produzir mais alimentos e de se preservar o equilíbrio ecológico é, em si mesmo, um dos mais sérios desafios com que deparamos. O crescimento da produção de alimentos até meados deste século proveio, em essência, da expansão da fronteira agrícola”.*

À primeira vista, a substituição de áreas nativas do cerrado brasileiro, para assegurar estoques de alimentação ou pecuária em virtude do crescimento demográfico, também para a exportação, pode criar complicações somente à esfera interna do país, como ocorre com a concentração urbana da cidade de São Paulo. No entanto, no longo prazo, pode suscitar conflito internacional, à medida que o acesso dificultado a terras agricultáveis, por causa da grande agricultura, venha a impulsionar populações em direção a vizinhos da

---

<sup>23</sup> BATISTA, Op. cit. ibidem. P. 35.

América do Sul, onde já há indícios de disputa de espaços no Paraguai, com os ‘brasiguaios’.<sup>24</sup>

Pode-se dizer que subsiste em alguns ciclos burocráticos governamentais específicos, como o Itamaraty, a opinião de que o real problema existente nos países pobres do sul não seria o crescimento populacional, mas sim a falta de recursos econômicos, a saber, de desenvolvimento econômico, pois o raciocínio que relaciona o bom termo dos recursos da biodiversidade com a baixa natalidade seria apropriado a países ricos, que teriam seus problemas básicos resolvidos; ao contrário do grupo de necessitados do Mundo em desenvolvimento.<sup>25</sup>

Mas se o debate sobre o salto demográfico não provoca debates críticos no Brasil, talvez em virtude de suas características ambientais e geográficas consideradas opulentas à opinião pública de modo geral, isso não significa que tal questão não seja pautada nos exames sobre os problemas que perturbam o equilíbrio dos ecossistemas e dos Estados pobres; e há esta percepção nos encontros em que biodiversidade e população se relacionam. Vale dizer, não se relacionam quando o problema é alimentar para a população nacional ou quando a expansão da nova fronteira agrícola é voltada, em grande parte, às exportações, como a soja.

Veja-se que, atualmente, ganha força os grupos científicos que se filiam contra à normalidade do grande crescimento demográfico, sobretudo a partes dos países pobres. As opiniões de teor neomalthusianas adquirem espaços, inclusive nos fóruns de defesa ambiental, em virtude da equação assimétrica entre aumento populacional e formação de riquezas – sem afetar negativamente a biodiversidade

---

<sup>24</sup> É lícito explicar que esse tipo de conflito já ocorreu na história do Brasil, em que a aquisição do antigo território do Acre, antes pertencente à República da Bolívia, deu-se por causa da expansão de brasileiros (seringueiros) no ex-território do vizinho andino. A resolução de possível conflito armado foi pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, em que o governo brasileiro comprou o Acre, anulando a disputa bélica do território que poderia, inclusive, provocar a presença dos Estados Unidos por causa de empresários e negociantes norte-americanos que tinham interesse na compra daquele espaço. A crescente ascensão de agricultores brasileiros no Paraguai guarda o mesmo raciocínio, pois haveria o precedente de que o governo brasileiro poderia convocar o instituto do *uti-possidetis* para assegurar o direito sobre o território em litígio, como houve na Bolívia.

<sup>25</sup> Cf. HOGAN, Daniel. *Population and Environment in Brazil: Stockholm* + 30. P. 21.

por meio de agrotóxicos, desmatamentos e esgotamento de água potável, conforme pensa o estudioso Hermano Martins.<sup>26</sup>

O grande volume demográfico que cresce na África subsaariana e austral tem poder de obstaculizar programas de desenvolvimento sustentável a longo prazo, isto contando com as condições sociais e econômicas que existem atualmente, avalia Paul Kennedy.<sup>27</sup> No caso africano, o impasse demográfico contribui para a descaracterização dos ecossistemas, na medida que concorre para aumentar o número de pastagens, nos conflitos locais pelo suprimento de água doce, de gêneros alimentícios e na falta de capacidade de planejamento da urbanização.

Um dos modos de sanar os impasses ocasionados pela explosão demográfica nos países pobres reside no aumento da educação formal às mulheres, bem como na existência de programas sociais que elevem os cuidados com a saúde pública e com intercâmbios entre grupos locais, afinados com os programas, e as comunidades internacionais de apoio, por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, também conhecida por G-3.

E assim poderá haver melhoria neste campo, mormente ao Terceiro Mundo, a partir da formulação de novo programa de pesquisa científica e tecnológica que tenha o princípio de alterar gradualmente problemas de ordem social, como o alto número de filhos, e acalantar a transformação do processo econômico e produtivo a bases mais favoráveis ao bem estar da população.<sup>28</sup> Seria salutar, para esse fim, novo consenso no que corresponde ao comércio mundial, ainda mais aos países que dependem da exportação de produtos agrícolas, como os centro-africanos, que poderiam

---

<sup>26</sup> Cf. MARTINS, Hermano. *Aceleração, progresso e experimentum humanum*. P. 6.

<sup>27</sup> Este texto não tem intenção de ser defensor de idéias consideradas ‘malthusianas’ que atribuem o maior peso dos problemas nacionais ao crescimento demográfico sem controle. A opinião aqui apenas procura demonstrar que o crescimento populacional que ocorre em boa parte dos países pobres não recebe o aumento equivalente da rede de serviços e bens econômicos resultando, dessa forma, em acréscimo dos dramas de grande envergadura. Mesmo na cidade de São Paulo, com toda sua articulação, já há problemas que só podem ser resolvidos a contento a partir de desconcentração populacional, inclusive, para inverter o desgaste por que passa o meio ambiente, como o uso da água tratada. Cf. Hogan, Op. cit. P. 23.

<sup>28</sup> Cf. KENNETH, Paul. *Preparando-se para o século XXI*. P. 35.

adquirir outra fonte de renda e riqueza nacional.<sup>29</sup>

Por conseguinte, problema que tem de ser sublinhado pela razão de que os estoques de água doce não são volumosos em muitas regiões em que estão os países economicamente periféricos. A região em que se encontram os grandes países, a Índia e a China, pode passar por sérios impasses por causa da falta de água potável e tratada. O grande contingente populacional desses Estados e a urgência do crescimento econômico que eles têm de passar podem suscitar nova crise internacional, ao atribuir caráter geopolítico à água doce. No prisma de Hermano Martins, se pode observar o seguinte:

***Um dos modos de sanar os impasses ocasionados pela explosão demográfica nos países pobres reside no aumento da educação formal às mulheres, bem como na existência de programas sociais que elevem os cuidados com a saúde pública.***

*“(...) estamos a viver uma crise dos recursos renováveis altamente perigosa, de que a água potável é o caso paradigmático, que não deverá sofrer soluções tecnológicas ou tecno-econômicas do mesmo tipo que as das últimas décadas, pelo menos sem a vontade política e uma transformação dos modos de resolução dos conflitos internacionais”.*<sup>30</sup>

Com efeito, o histórico de convívio entre os países pobres, à procura do desenvolvimento, e o meio ambiente é representado por relativa destruição dos recursos naturais. Isto porque o modelo de se conceber desenvolvimento econômico e a procura de bem estar social é feito, em muitas situações, na condição de antípoda à conservação dos recursos ecológicos, conforme a antiga pregação ‘mais fumaça por mais emprego’ da era vitoriana.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> Cf. LAFER, A Conferência de Cancún da OMC. P. A3.

<sup>30</sup> MARTINS, Op. cit. P. 26.

<sup>31</sup> BATISTA, Op. cit. Idem, ibidem. P. 34.

De fato, ainda há o pressuposto de que a aquisição de vantagens econômicas tem de ser procurada a partir da exploração de reservas naturais como ponto de partida para o crescimento. O debate de que o desejado desenvolvimento pode ser vislumbrado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, não como concorrente à conservação ambiental, mas como processo de cooperação e alinhamento apresenta condições de existir na pauta de governabilidade de alguns Estados de grande dimensão, por exemplo, Índia, Indonésia e Brasil.

É mister a redefinição de novos conceitos de desenvolvimento econômico e social que venham a escapar dos limites e das concepções predatórias por que passa boa parte do padrão industrial desde o processo da revolução tecnológica, da segunda metade do século XIX<sup>32</sup>; padrão industrial que ampliou sua presença em escala universal, tanto na Europa, EUA quanto na Ásia. O princípio de que não há somente um único modelo de se conceber ciência e padrão econômico, preso à matriz europeia do século retrasado, surge na condição de novo debate no âmbito das relações econômicas internacionais e do meio ambiente.

Antes disso, é lícito sublinhar que não apenas o padrão de desenvolvimento econômico e industrial foi legado pela colonização europeia, o próprio conceito de organização político-social, denominado Estado-nação, foi transferido do Velho Mundo para a América, África e Ásia, reproduzindo muito dos aspectos, positivos e negativos, dos grandes centros culturais e econômicos, de acordo com Charles Tilly. Não se trata apenas deste ponto em questão, é também a idéia de que altas taxas demográficas eram importantes para a viabilidade econômica e militar dos grandes Estados nacio-

---

<sup>32</sup> Tem de se reconhecer que o aparecimento da denominada “economia virtual” provoca transformações na composição econômica e produtiva dos países ricos antes de todos. A economia virtual já ocupa substancial espaço na formação do PIB de vários países a ponto de adquirir dinâmica própria, quer dizer, o deslocamento da economia real para a virtual alcança níveis globais, o ciberespaço, conforme a verificação de Laymert Garcia dos Santos. Além da economia virtual há também a crescente economia da biotecnologia por meio de avançadas pesquisas de insumos naturais a serviço de laboratórios farmacêuticos e institutos de pesquisas. Cf. SANTOS, Laymert. *A desordem da nova ordem*. P. 38.

nais em seu período de consolidação. Por isso, a tradicional industrialização é uma ligação cultural e econômica com a Europa.

Não é de somenos importância constatar que os jovens Estados do Terceiro Mundo utilizam os mesmos recursos e instrumentos à sua sobrevivência, da mesma forma que as antigas metrópoles européias, com a aquisição do crescimento econômico, do poder político (*inter alia* militar) e com o avanço tecnológico. Estes são fatores essenciais para garantir a existência dos novos Estados nacionais numa ordem mundial de feição desigual e não-democrática para países pobres.<sup>33</sup> Em que há ocasiões cujo imperativo não se prende ao meio ambiente justamente pela ausência de regime internacional que constitua um consenso.

De fato, na ótica de Beck, a ascensão da cadência científico-tecnológica na arena da produção industrial não é acompanhada pelo cuidado, pela segurança que se espera de ação tão complexa, cujo ‘risco’, não esperado, na vida das sociedades podem resultar problemas de difícil resolução, por exemplo, a utilização da energia nuclear certamente traz vantagens na geração de energia para alguns países em que não há rios volumosos. Mas o subproduto denominado lixo atômico é uma tormenta na cabeça dos cientistas e ambientalistas, pois não há, por enquanto, resolução à altura do problema proveniente.<sup>34</sup>

Sair dos estreitos espaços do atual progresso econômico (legados pela ciência etnocêntrica) é fundamental para se conceber o bem estar e o desenvolvimento integrado com a admissão do crescimento sustentável e com o equilíbrio ambiental. Os países podem utilizar os recursos da biomassa e da biodiversidade, conforme a opinião de Ignacy Sachs, cuja idéia é a da invenção de uma nova civilização moderna e baseada na utilização de tais meios, palatáveis a todos o mundo<sup>35</sup>. Fator essencial para se desenhar o padrão de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>33</sup> Cf. TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. P. 27.

<sup>34</sup> Cf. BECK, Op. cit. P. 20.

<sup>35</sup> Cf. SACHS, Op. cit. P. 30.

É imperativo que os Estados, os organismos internacionais e os grupos de pesquisas científicas se vinculem a esforços para tentar constituir um novo padrão de desenvolvimento econômico e organização social que não sejam mais dependentes, em grande parte, dos dois grandes pilares da industrialização iniciada no século XIX: desperdício de matérias-primas, consideradas infinitas, e na opulência dos combustíveis fósseis, sempre ao alcance das mãos para promover o salto de recursos energéticos a um dado progresso.

### 5. Considerações finais

No desfecho deste texto há de se reparar em vários aspectos que permeiam o meio ambiente internacional. Mas em virtude de não ultrapassar os limites de um breve artigo, se considerará apenas dois pontos que perturbam o bom equilíbrio tanto do sistema de Estados quanto do desejado uso racional dos biosistemas, tendo-os como ponto de realização social e econômica, o modelo do desenvolvimento econômico e os problemas energéticos advindos dos hidrocarbonetos.

A maneira sob a qual emergiu o tipo de desenvolvimento econômico, tão contemplado nos vários grupos de Estados nacionais, nasceu nos progressos legados pela Revolução Industrial a partir da primeira metade do século XIX. Em que se baseara a evolução e o progresso da economia industrial da Grã-Bretanha, da França e dos Países Baixos, por exemplo? E o que falar dos países de regime econômico socialista e planificado?

O tipo de progresso econômico que se sedimentou nos países ocidentais se assenta sobre três pilares: consumo de massa, energia vasta e exploração dos recursos naturais. No século XIX a industrialização britânica fez-se crescente em virtude da exploração das matérias-primas espalhadas por todo o mundo. Já, em outra etapa histórica, o mesmo modelo de progresso também se faz presente além da Europa Ocidental, na América Latina e Ásia.

A industrialização lograda pelas potências européias possuía, por si mesma, a concepção de que o bem-estar dos povos só seria alcançado por meio da exploração, sem limites, dos recursos naturais e

dos energéticos. E o abastecimento e incremento de um consumo de massas seriam o ponto final do desenvolvimento buscado em todos os tipos de países que receberam, após a Segunda Guerra Mundial, o apoio intelectual do keynesianismo.<sup>36</sup>

O keynesianismo ofereceu o suporte teórico para que os governos, nos países ricos ou pobres, contemplassem o fato de que abundância e consumo de massa seriam a chave ao desenvolvimento econômico e à criação do pleno emprego. Abundância de ferro e petróleo, dentre outros, seria fator presente em economias como as do Brasil e do Japão, países tão distintos. Foi sobre esta forma que se havia feito o crescimento econômico de todo o mundo a partir de 1945: planejamento econômico, exploração dos recursos e negligência ambiental.

Em outra instância, há a opinião, sempre em evidência, de que o grande problema do meio ambiente seria resultado das concepções morais (ou não-éticas) do sistema capitalista como um todo. Ou seja, se o objetivo do capitalismo, do empresário, é a busca do lucro e a sobrevivência do negócio, o desgaste e a exploração dos recursos naturais são necessários, pois haveria a concepção moral de que o compromisso do empresário é, antes de tudo, com o lucro.

Tal análise retratada acima corre o risco de ser reducionista em princípio. Reducionista pela razão de que não vislumbrar o fato de que a ascensão do capitalismo, ou do liberalismo econômico, não pode ser separado sem averiguar as formas com as quais emergiram a cultura ocidental. O centro intelectual do Iluminismo francês, de início a partir de 1750, trazia o sentimento de que a libertação do homem seria feita por meio da submissão da natureza, sendo esta vista na condição de adversária da sociedade, cujo destino seria a exploração pelo vencedor.

A razão iluminista que tencionava a libertação do homem de toda superstição religiosa também encarava o papel que ela deveria representar contra o domínio da natureza sobre a sociedade humana. Veja bem que não havia a percepção da riqueza, do lucro,

---

<sup>36</sup> Cf. COSTA, Rubens Vaz da. *A transição energética: tempo, capital e tecnologia*. P. 48.

***É imperativo que os Estados, os organismos internacionais e os grupos de pesquisas científicas se vinculem a esforços para tentar constituir um novo padrão de desenvolvimento econômico e organização social.***

e sim a idéia de que a libertação humana seria feita sobre a exploração dos recursos naturais para levar a 'mensagem salvadora' até povos distantes da África, América e Ásia.<sup>37</sup>

Neste caso pode-se reparar que o problema não é de lucro ou de ganância, mas sim de concepção cultural da economia. Como bem opina John Gray, a gênese do desenvolvimento econômico estendido a todo o mundo é, primordialmente, europeu. Assim, não se sustentaria pela análise dos fatos a opinião de que o desprezo pelos recursos naturais seria capitalista.<sup>38</sup>

Porventura, se o desprezo pelo meio ambiente é, necessariamente, capitalista o que dizer então dos ex-países socialistas União Soviética e China (China anterior às reformas de 1976 antes das zonas especiais de investimentos ocidentais), países que, supostamente, não se moviam à procura do lucro e da exploração internacional? Significa que naqueles países havia preocupação ambiental? Seguramente nos Estados socialistas o desprezo fora bem volumoso.

E pode se encontrar vários estudos que retratam tanto o desprezo quanto a exploração irracional dos recursos naturais e energéticos pelos soviéticos e chineses, sobretudo por volta das décadas de 1940, 1950 e 1960. Construção de obras sem o menor estudo de pacto ambiental, métodos de produção grandemente ultrapassados eram a tônica dos países socialistas.

Isto porque a matriz cultural que formara a concepção de progresso e desenvolvimento dos Estados socialistas é a mesma que a da Grã-Bretanha ou dos EUA: a ocidental iluminista. Capitalista

<sup>37</sup> Cf. HAGE, José Alexandre. *Avanço tecnológico e progresso humano: O impasse do humanismo*. CD.

<sup>38</sup> Cf. GRAY, John. *Falso Amanhecer: Os equívocos do capitalismo global*. P. 314.

ou socialista o eixo pelo qual se sustenta o conceito de desenvolvimento e bem-estar é de origem européia: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx ou Stuart Mill. Eram todos autores que, de alguma forma, expressavam-se sob a cultura iluminista.

Se há a necessidade de transformar qualitativamente o teor cultural do desenvolvimento econômico e bem-estar social é, igualmente, mister debater e refletir uma nova ética, um novo consenso, que não se construa sobre a concepção ‘binária’ sociedade humana contra natureza, como sempre foi desde a Renascença cultural européia até a ascensão do keynesianismo. Sem os esforços intelectuais para tal composição o debate continuará a ser estéril. ■

### *Referências bibliográficas*

- BATISTA, Paulo Nogueira. “Desenvolvimento ecologicamente sustentável”. In *Política Externa*. Vol. 2, nº 3. São Paulo, USP, Paz e Terra, 1994.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications, 1991.
- BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: Um estudo da ordem na política mundial*. Brasília, UnB; São Paulo, IMESP, 2002.
- CAUBET, Christian. “O comércio acima de tudo (e o meio ambiente fora da lei).” In *Lua Nova*. – Revista de Cultura e Política. Nº 52. São Paulo, Cedec, 2001.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: Poder e ética entre as nações*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, Celso. *Brasil: A construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- GRAY, John. *Falso amanhecer: Equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- HAGE, José Alexandre. “Avanço tecnológico e progresso humano: O impasse do humanismo”. In ABRÃO Jr. (org). *I Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito (VI Seminário de Direito Ambiental)*. Recurso Eletrônico. Porto Alegre, PUC-RS, 2004.
- HIRST, Paul et THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- HOGAN, Daniel J. “Population and environment in Brazil: Stockholm + 30.” In *Population and Environment in Brazil*. Campinas, Núcleo de Estudos de População, Unicamp. 2002.

## Artigo

José Alexandre Altahyde Hage

- KENNEDY, Paul. “Preparando-se para o século XXI”. In *Política Externa*. Vol. 2, nº 1. São Paulo, USP; Paz e Terra, 1993.
- LAFER, Celso. “A Conferência de Cancún da OMC.” In *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, OESP, 17.08.2003.
- MARTINS, Hermano. “Aceleração, progresso e Experimentum Humanum”. In *Dilemas da civilização tecnológica*. Organizado por Hermínio Martins e José Luís Garcia. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- RATTNER, Henrique. “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável”, in *Política Externa*. Vol. 11, nº 2. São Paulo, USP; Paz e Terra, 2002.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. “A desordem da nova ordem”. In VIANA, Gilney et alii (orgs.) *O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SAWEYR, Donald. “Population and Sustainable Consumption in Brazil.” In *Population and Environment in Brazil*. Campinas, Núcleo de Estudo de População, Unicamp, 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Geraldo Eulálio Nascimento e. *Direito internacional: Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem internacional*. Rio de Janeiro, Thex-Biblioteca Estácio de Sá, 1995.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus: 900 a 1992*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.
- VIOLA, Eduardo. “Mudança climática: Impasses e perspectivas”. In *Ciência Hoje*. Vol. 29, nº 171. São Paulo, SBPC, 2001.

## **Meio ambiente e política internacional: Conflitos e impasses que marcam o século XXI**

José Alexandre Altahyde Hage

### **Resumo**

Este trabalho procura demonstrar que alguns problemas relacionados ao meio ambiente podem se transformar em conflitos no âmbito internacional no decorrer do século XXI. Alguns desses problemas tornam-se evidentes, como o Tratado de Kioto para o controle de gases industriais poluentes, que os Estados Unidos não ainda ratificaram. Mas outros problemas de ordem internacional também podem a ganhar relevo e comprometem o equilíbrio ambiental, a explosão demográfica, no Terceiro Mundo, e a crescente necessidade de petróleo que pode comprometer a estabilidade político-econômica dos Estados nacionais. Essas são questões que integram a difícil agenda do meio ambiente internacional.

### **Palavras-chave**

Política Internacional – Meio Ambiente Internacional – Economia – Tecnologia e Ciência

### **Abstract**

*This paper intends to show that some problems belong to environment can become in international conflicts in middle of XXI century. Some these problems are evident, as Kyoto's Agreement to emission gases control where the United States does not allow yet. But others from international order also can grow and disturb the environment balance, for example, the demographic explosion in the Third World and the increase oil necessity can make political and economics crises at national states. Hence, these are questions belong to the international environment agenda.*

### **Key words**

*International Politics – International Environment – Economy – Technology and Science.*

E-mail:

[alexandrehage@hotmail.com](mailto:alexandrehage@hotmail.com)